

GreenYellow Performance Energética S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
GreenYellow Performance Energética S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da GreenYellow Performance Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GreenYellow Performance Energética S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião com ressalva

Gastos compartilhados

No exercício de 2023, identificamos gastos reconhecidos na controladora da Companhia, GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Ltda. (gastos com pessoal e despesas gerais e administrativas), os quais estavam associados a serviços prestados a outras empresas do Grupo, incluindo a Companhia, e que não foram devidamente alocados nas respectivas entidades. Não nos foi possível obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para avaliar os montantes envolvidos em uma possível realocação, e, portanto, não foi possível concluirmos se algum ajuste material deveria ser realizado nas demonstrações financeiras da Companhia.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Debêntures

Conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, a Companhia possui saldos a pagar associados a debêntures emitidas. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo total das debêntures é de R\$61.221 mil. Devido à relevância dos valores para as demonstrações financeiras, consideramos a mensuração da debênture como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Dessa forma, nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento sobre os processos e controles internos para mensuração e divulgação das debêntures; (ii) leitura da escritura de debêntures; (iii) confirmação externa dos saldos em aberto na data base de 31 de dezembro de 2023 junto à empresa securitizadora; (iv) testes substantivos sobre a movimentação dos saldos captação e pagamentos de principal e juros do exercício; (v) recálculo do saldo de juros apropriados durante o exercício e confronto com a despesa de juros reconhecida no resultado; (vi) obtenção do controle da Administração sobre o cumprimento das cláusulas contratuais referentes aos índices financeiros requeridos e reperformance do cálculo desses índices; (vii) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados à mensuração e à divulgação das debêntures da Companhia e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de mensuração das debêntures adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 tomadas em conjunto.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 16.1 às demonstrações financeiras, a qual menciona que o contas a receber e a receita da Companhia são concentrados em um único cliente. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise das demonstrações financeiras devem levar em consideração essas circunstâncias. Nossa opinião não possui modificação em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8



Renato Vieira Lima

Contador

CRC nº 1 SP 257330/O-5

GREENYELLOW PERFORMANCE ENERGETICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.194	23.969	Fornecedores		872	94
Contas a receber de clientes	5	10.314	12.127	Partes relacionadas	6	60	57
Créditos diversos e adiantamentos		268	47	Obrigações trabalhistas	7	95	112
Impostos a recuperar		995	739	Obrigações tributárias	8	208	394
Estoque de materiais		202	96	Imposto de renda e contribuição social	9	-	659
Total ativo circulante		<u>17.973</u>	<u>36.978</u>	Debêntures	10	8.906	3.555
				Total passivo circulante		<u>10.141</u>	<u>4.871</u>
NÃO - CIRCULANTE				NÃO - CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes	5	32.094	38.099	Debêntures	10	52.315	52.691
Tributos Diferidos		109	-	Outros passivos não circulantes		80	-
Partes relacionadas	6	22.997	-	Total passivo não circulante		<u>52.395</u>	<u>52.691</u>
Total ativo não circulante		<u>55.200</u>	<u>38.099</u>				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	11		
				Capital social	11.1	5.500	5.833
				Dividendos adicionais propostos	11.2	3.487	5.899
				Reservas Legal	11.2	1.100	1.157
				Reserva de Lucros	11.2	550	4.626
				Total do patrimônio líquido		10.637	17.515
TOTAL ATIVO		<u>73.173</u>	<u>75.077</u>	TOTAL PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>73.173</u>	<u>75.077</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW PERFORMANCE ENERGETICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	19.885	30.521
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	13	(6.202)	(3.102)
LUCRO BRUTO		<u>13.683</u>	<u>27.419</u>
Receitas (despesas) operacionais	14		
Receita Excepcional		-	112.014
Despesas gerais e administrativas		(144)	(983)
Despesas tributárias		(393)	(11.973)
LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		<u>13.146</u>	<u>126.477</u>
DESPESAS FINANCEIRAS	15	(11.303)	(19.352)
Receitas financeiras		7.596	34.538
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>9.439</u>	<u>141.663</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9		
Corrente		(3.863)	(47.372)
Diferido		109	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>5.685</u>	<u>94.291</u>
LUCRO POR AÇÃO		0,06	0,97

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW PERFORMANCE ENERGETICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.685	94.291
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>5.685</u>	<u>94.291</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW PERFORMANCE ENERGETICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Dividendos adicionais propostos	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	5.783	30.580	4.626	1.157	-	42.146
Aumento de capital	50	-	-	-	-	50
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	94.291	94.291
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(23.573)	(23.573)
Distribuição dividendos	-	(30.580)	-	-	(64.819)	(95.399)
Dividendos adicionais propostos	-	5.899	-	-	(5.899)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	5.833	5.899	4.626	1.157	-	17.515
Diminuição de capital	(333)	-	-	-	-	(333)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	5.685	5.685
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(1.421)	(1.421)
Dividendos adicionais distribuídos	-	227	-	-	(227)	-
Reserva de Lucros	-	-	550	-	(550)	-
Dividendos adicionais propostos	-	3.487	-	-	(3.487)	-
Distribuição dividendos	-	(6.126)	(4.626)	(57)	-	(10.809)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	5.500	3.487	550	1.100	-	10.637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW PERFORMANCE ENERGETICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.685	94.290
Juros Debêntures	11.025	15.610
Apropriação do ajuste a valor presente	(4.512)	(16.865)
Juros sobre mútuo	(2.997)	(9.148)
Tributos diferidos	(109)	-
Amortização dos custos de transação	169	4.236
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	12.330	56.630
Estoques	(106)	(96)
Adiantamentos a Fornecedores	(221)	(30)
Adiantamento de clientes	-	(3.949)
Impostos a Recuperar	(256)	(601)
Fornecedores	779	(3)
Obrigações Trabalhistas	(17)	(4)
Obrigações Tributárias	(186)	(2.082)
Imposto de renda e contribuição social	3.863	47.372
Outros ativos e passivos	80	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>25.527</u>	<u>185.360</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(4.522)	(62.685)
Pagamento de Juros de Debentures	<u>(10.178)</u>	<u>(14.788)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>10.827</u>	<u>107.887</u>
Caixa restrito	-	66.986
Empréstimos - Partes relacionadas	<u>(20.000)</u>	<u>80.666</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	<u>(20.000)</u>	<u>147.652</u>
Empréstimos - Debêntures	9.500	56.500
Pagamento de Principal de Debêntures	(5.541)	(159.243)
Custo emissão de debêntures	-	(1.096)
Empréstimos - Partes relacionadas	(54)	-
Pagamento de dividendos	<u>(12.507)</u>	<u>(130.708)</u>
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(8.602)	(234.547)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO (A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(17.775)</u>	<u>20.992</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.969	2.977
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.194	23.969
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO (A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(17.775)</u>	<u>20.992</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENYELLOW PERFORMANCE ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais – R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Greenyellow Performance Energética S.A. (“Greenyellow Performance” ou “Companhia”), constituída em 30 de julho de 2021 é uma sociedade de capital fechado, domiciliada à Alameda Joaquim Eugenio de Lima, n.º 881, conjunto 1106, Jardim Paulista, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01403-011, inscrita no CNPJ sob o nº 41.813.235/0001-80, com o objetivo de atuar em projetos de Eficiência energética e possui contratos firmados com a COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO, denominados pela nomenclatura “CEE10” e “CEE8”.

A Companhia faz parte do grupo GreenYellow, uma multinacional francesa, que tem operações em 16 países. Desde 2007, o Grupo GreenYellow atua no setor da energia para fazer da transição energética dos seus clientes uma realidade econômica e ecológica e chegou no Brasil em 2014.

QUADRO SOCIETÁRIO

A controladora da Companhia e sua respectiva participação no capital social é como segue:

<u>Razão social</u>	<u>% - Participação 2023</u>
GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Ltda.	100,00

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2. Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e em conformidade com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), assim como com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards), ou “IFRS”, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 28 de março de 2024.

2.3. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual ela opera, gera e consome recursos.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As principais estimativas e os principais julgamentos adotados pela administração são:

- Arrendamento – determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação.
- Contas a receber: critérios e montantes da provisão para perda esperada de créditos.
- Tributos a recuperar: os critérios para avaliação dos prazos de recuperação dos créditos tributários envolvem um elevado grau de julgamento na determinação de premissas de compensação.
- Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Redução ao valor líquido recuperável de ativos (“impairment”): determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos.

2.5. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas de O&M, Eficiência Energética e de venda de equipamentos são recebidas mensalmente e estão sendo apresentadas brutas, ou seja, incluem os impostos e os descontos incidentes sobre estas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. As receitas de serviços prestados, assim como de mercadorias, são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

2.6. Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros.

A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos e passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado (CA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de “Principal e Juros”. Os passivos financeiros classificados como custo amortizado utilizam o método de juros efetivos. Nesta categoria (CA) inclui caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, recebíveis de partes relacionadas e outros ativos financeiros, contas a pagar, fornecedores e debêntures.

Mensuração subsequente

A Companhia avaliou seus ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos e passivos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

2.7. Ativos e passivos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e Debêntures. Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e são classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo e os passivos financeiros são designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial são reconhecidos no resultado.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

Incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.9. Contas a receber

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais e corrigidos a valor presente, quando aplicáveis, deduzidos de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD).

Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) para Contas a Receber e Ativos de Contrato

A perda de crédito esperada para Contas a Receber e Ativos de Contrato é constituída baseada em percentuais para cada classe de vencidos e de acordo com o risco do cliente, considerando que a Administração entende que assim reflete a real taxa histórica de duplicatas não recebidas de clientes. As atualizações dessa provisão são refletidas diretamente no resultado de cada exercício.

2.10. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos intangíveis e imobilizado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso, é constituída uma provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas como Outras Despesas Operacionais.

Para o ano de 2023 a Companhia não identificou perda de recuperabilidade em seus ativos.

2.11. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.12. Tributação

Despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Tributos sobre as vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando sua reversão for provável em um futuro previsível.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

2.13. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3. ADOÇÃO DE NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO IASB E CPC.

3.1. Alterações e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Em 2023, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2023. As principais alterações são:

- CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021) - O CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro. A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.

- Alterações à IAS 1 (CPC 26) Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade - As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só.
- Alterações à IAS 12 (CPC 32) Tributos sobre o Lucro - Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação - De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.
- Alterações à IAS 12 (CPC 32) - Tributos sobre o Lucro - Reforma Tributária Internacional — Regra do Modelo do Pilar Dois - IASB alterou a IAS 12 para clarificar que a norma se aplica aos tributos sobre o lucro decorrentes da legislação fiscal promulgada ou substantivamente promulgada para implementar as regras modelo do Pilar Dois, publicadas pela OCDE, incluindo a legislação fiscal que implementa impostos nacionais mínimos qualificados descritos nessas regras. As alterações introduzem uma exceção temporária aos requisitos contábeis para impostos diferidos na IAS 12, de modo a que uma entidade não reconheça nem divulgue informações sobre ativos e passivos diferidos relacionados com tributos sobre o lucro do Pilar Dois.
- Alterações à IAS 8 (CPC 23) - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros - Definição de Estimativas Contábeis - As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.

A administração entende que tais normas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

3.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes

A Companhia não adotou antecipadamente as novas normas do CPCs e IFRSs. A seguir as principais revisões já emitidas e ainda não vigentes:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicável a períodos anuais com início em ou após</u>
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	A data de vigência ainda não foi definida pelo IASB
Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants	01/01/2024
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01/01/2024

Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia em virtude dessas alterações.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados em até 90 dias a partir da data da aplicação. A taxa de rendimento associada à aplicação financeira é de 95% do CDI.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e bancos	-	23.969
Aplicações financeiras	6.194	-
Total Caixa e equivalente de caixa	<u>6.194</u>	<u>23.969</u>

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas a receber de cliente	14.544	16.639
Provisão para perda de recebíveis	(321)	-
Ajuste ao valor presente (i)	(3.909)	(4.512)
	<u>10.314</u>	<u>12.127</u>
Não circulante		
Contas a receber de cliente	41.275	51.189
Ajuste ao valor presente (i)	(9.181)	(13.090)
	<u>32.094</u>	<u>38.099</u>

- (i) Saldo do ajuste ao valor presente refere-se a juros a serem recebidos até o final de todas as parcelas, no qual são calculados de acordo com a taxa pré-fixada em contrato para cada cliente, sendo de 12% a.a. A fim de atendimento das normas contábeis, a Companhia apresenta o valor total atualizado das parcelas em suas contas a receber, deduzindo os juros a serem recebidos até o final das parcelas.

A Companhia possui valor de clientes a receber adquirido através do Laudo de Cisão, devido as revendas de mercadorias, no qual são financiadas para seu cliente entre 60 e 132 parcelas mensais. As parcelas pelo serviço são recebidas em até 60 dias, desta forma, a seguir apresentamos o aging list (valores líquidos do ajuste ao valor presente):

	Total	A vencer	<30 dias	Títulos vencidos (R\$mil)			
				30-60 dias	61-90 dias	90-364 dias	>365 dias
2022	50.226	45.789	2.144	123	2.161	9	-
2023	42.408	41.216	168	486	108	109	321

A abertura do fluxo do recebimento do contas a receber a vencer está demonstrado a seguir:

2024	9.162
2025 a 2028	20.638
2029 a 2030	11.416
Total	<u>41.216</u>

6. PARTES RELACIONADAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Ativo</u>		
GreenYellow do Brasil Energia e Serviços (i)	22.997	-
	<u>22.997</u>	<u>-</u>
<u>Passivo</u>		
GreenYellow do Brasil Energia e Serviços	(60)	(57)
	<u>(60)</u>	<u>(57)</u>
Total de Partes Relacionadas	<u>22.937</u>	<u>(57)</u>

- (i) Saldo referente a operação de empréstimo para a GYBR realizado em 1 de fevereiro de 2023 objetivando o incentivo das operações do grupo. Sobre o saldo do principal incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada das taxas médias diárias do DI – depósitos Interfinanceiros, de um dia, acrescida de um spread de 2,4% ao ano, calculados da presente data até a efetiva amortização do principal. O vencimento se dá em 78 meses. A destinação de recursos foi feita através de disponibilização de caixa, da seguinte forma:

	<u>R\$</u>
Saldo em 31/12/2021	72.023
Distribuição de dividendos	(77.195)
Partes Relacionadas	(533)
Recursos caixa	(3.443)
Juros apropriados	9.148

Saldo em 31/12/2022	-
Recursos caixa	20.000
Juros	2.997
Saldo em 31/12/2023	<u>22.997</u>

Não houve qualquer valor atribuído ou registrado como remuneração dos administradores na Companhia, uma vez que ele é pago pela GreenYellow Brasil.

7. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Encargos (13º)	-	13
IRRF a recolher	20	11
Férias e encargos	44	36
INSS a recolher	15	12
Salários a pagar	12	17
Outros	4	23
TOTAL	<u>95</u>	<u>112</u>

As obrigações sociais da Companhia são compostas substancialmente pelas contas acima descritas.

8. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
COFINS a recolher	71	183
PIS a recolher	14	38
ISS a recolher	109	171
Outros	14	2
Total	<u>208</u>	<u>394</u>

Impostos incidentes sobre o faturamento da Companhia.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui os seguintes valores de Imposto de renda e contribuição social:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda a recolher	2.523	19.679
(-) Imposto de Renda Retido e antecipações realizadas (i)	<u>(2.523)</u>	<u>(19.184)</u>
Imposto de Renda a recolher	<u>-</u>	<u>495</u>
Contribuição social a recolher	1.028	496
(-) Contribuição Social Retida e antecipações realizadas (i)	<u>(1.028)</u>	<u>(332)</u>
Contribuição social a recolher	<u>-</u>	<u>164</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social (ii)	<u>-</u>	<u>659</u>

- (i) Tal valor refere-se à retenção sobre notas fiscais de serviço prestado e aos recolhimentos realizados em forma de antecipação decorrentes da apuração do imposto de renda e contribuição social mensal por estimativa.
- (ii) Tal valor refere-se ao saldo de impostos de renda e contribuição social a pagar ao fim de cada exercício.

A conciliação da despesa, calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado, está demonstrada abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	9.439	141.663
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	<u>3.209</u>	<u>48.165</u>
Outras diferenças permanentes	545	(793)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>3.754</u>	<u>47.372</u>
Alíquota efetiva	<u>40%</u>	<u>33%</u>

10. DEBÊNTURES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Passivo Circulante</u>		
Debêntures	9.074	3.723
Custo de transação	(168)	(168)
Total	<u>8.906</u>	<u>3.555</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
Debêntures	53.055	53.599
Custo de transação	(740)	(908)
Total	<u>52.315</u>	<u>52.691</u>
Saldo	<u>61.221</u>	<u>56.246</u>

A Companhia emitiu 66.000 debêntures em 18 de novembro de 2022, de acordo com o INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES (“Escritura de Debenture”) no valor de R\$66.000, sendo R\$56.500 série A e R\$9.500 da série B. As principais características das debêntures são:

- Número de Séries: A Emissão das Debêntures será realizada em duas séries.
- Forma: Nominativa e escritural
- Emissão Série A: 18 de novembro de 2022
- Emissão Série B : 18 de novembro de 2022 (captada efetivamente em 13 de janeiro de 2023)
- Vencimento Série A: 01 de junho de 2029

- Vencimento Série B : 01 de junho de 2029
- Juros: CDI+ 2,4% ao ano
- Espécie: Com garantia real
- Garantias:
 - Alienação fiduciária de 100% das ações ordinárias de emissão da GYPE, detidas integralmente pela GYBR;
 - Cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável, de todos os direitos creditórios detidos pela GYPE, oriundos do “Contrato de Eficiência Energética – CPE 08 e conjunto CPE 10”
- Conversibilidade em ações: Não conversíveis
- Amortização do Valor: em parcelas mensais e sucessivas, sempre nos dias 01 de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido da série A em 01 de fevereiro de 2022 e série em B 01 de maio de 2023.
- Vencimento antecipado: Caso a GYPE encontra-se inadimplente em relação aos termos iniciais contratados na Escritura de Debenture, inicia-se assim as condições para o vencimento antecipado da dívida, ou seja :
 - Não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas;
 - Falência, recuperação judicial ou extrajudicial de uma das partes;
 - Não manutenção das garantias reais;
 - Transferência ou cessão à terceiros da parcela ou totalidade das ações de emissão da Emissora detida pela Garantidora sem devida autorização dos Debenturistas ou cumprimento das obrigações da Escritura de Debenture;
 - Alteração do controle indireto da Emissora;
 - Transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
 - Contratação de qualquer novo empréstimo, financiamentos, adiantamentos de recursos, supplier financing, hedge, de novas dívidas, ou qualquer outra forma de operação de crédito ou operação financeira, na qualidade de credora ou devedora, afiançadas, garantidoras e/ou coobrigadas, ou qualquer outra modalidade de obrigação de cunho financeiro;
 - Distribuição e/ou pagamento pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Emissora não autorizados pela Escritura de Debenture.
 - Em 31 de dezembro de cada exercício social a partir de 2022 : ICSD \geq 1,2x - índice financeiro decorrente do coeficiente da divisão (Geração de Caixa da Atividade no exercício social / Serviço da Dívida no exercício social). Primeira apuração é requerida a partir de 30 de junho 2022.

A Companhia atendeu a todos os critérios estabelecidos na escritura.

Movimentação saldo Debêntures:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	155.027
<hr/>	
Captação (Série A)	56.500
Custo de Transação	(1.096)
Liquidação antecipada – debêntures de 2021	(159.243)
Encargos Financeiros Pagos	(14.788)
Encargos Financeiros Provisonados	15.610
Amortização do Custo de Transação	4.236
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>56.246</u>
Captação (Série B)	9.500
Pagamento Principal	(5.541)
Encargos Financeiros Pagos	(10.178)
Encargos Financeiros Provisonados	11.025
Amortização do Custo de Transação	169
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u><u>61.221</u></u>

10.1. Cronograma de pagamentos Debêntures

O fluxo de pagamentos futuros da Dívida são os seguintes:

	<u>Principal</u>
2024	9.074
2025 a 2027	25.591
2028 a 2029	26.556
	<u><u>61.221</u></u>

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital social

<u>Quotistas</u>	<u>Ano</u>	<u>Quotas detidas</u>	<u>Valor das quotas (R\$mil)</u>	<u>%</u>
GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Ltda.	2022	97.081	5.833	100%
	2023	<u>97.081</u>	<u>5.500</u>	<u>100%</u>

Em 31 de março de 2023, houve diminuição de capital no valor de R\$333, este montante foi integralmente restituído à GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Ltda. mediante cessão de créditos, tendo como consequência um capital social em 31 de dezembro de 2023 de R\$5.500.

11.2. Reserva legal

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, essa reserva é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

No exercício de 2022, a Companhia atingiu o limite previsto conforme a Lei das S.A.s e, portanto, deixou de alocar parte do lucro a essa reserva.

11.3. Dividendos

Após a constituição da reserva legal e da compensação de prejuízos, a Companhia realizará a distribuição de dividendos na proporção de 25% do lucro líquido ajustado conforme Estatuto Social capítulo 8 artigo 36 parágrafo 2 e nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76 e alterações). O dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2023, no montante de R\$ 1.421, já foi pago durante o exercício.

11.4. Resultado do Exercício

O saldo de R\$3.487 remanescente foi proposto para ser distribuído a título de dividendos adicionais a ser deliberado pelos acionistas, após a autorização dos debenturistas. O saldo de R\$ 227, distribuído a título de dividendo adicional, foi deliberado pela Administração e comunicado aos debenturistas em 30 de março de 2023.

12. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita bruta de vendas e serviços	23.554	33.249
Total	<u>23.554</u>	<u>33.249</u>
Impostos sobre as vendas e serviços	(3.669)	(2.728)
Deduções	<u>(3.669)</u>	<u>(2.728)</u>
Receita operacional líquida	<u>19.885</u>	<u>30.521</u>

13. CUSTOS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários	(376)	(372)
INSS	(130)	(125)
Benefícios	(71)	(123)
Mão de Obra Especializada	(33)	(17)
Férias	(40)	(53)
FGTS	(36)	(39)
13ºsalários	(35)	(37)
Vale refeição	(37)	(27)
	<u>(758)</u>	<u>(793)</u>
Eficiência energética (Custo) (i)	(5.444)	(2.309)
	<u>(5.444)</u>	<u>(2.309)</u>
Total Custos	<u>(6.202)</u>	<u>(3.102)</u>

(i) Valores referentes a manutenção dos equipamentos já revendidos ao cliente, efetuados pela Companhia para que a eficiência energética (economia) garantida para ele contratualmente seja atingida.

14. RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita Excepcional (i)	-	112.014
Provisão para perda de recebíveis	(321)	-
Serviços de terceiros	(101)	(880)
Feiras, eventos e propaganda	(3)	(1)
Outros	281	(102)
Despesas tributárias	<u>(393)</u>	<u>(11.973)</u>
Total	<u>(537)</u>	<u>99.058</u>

- (i) Em 10 de dezembro 2021, a COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO notificou à GY PERFORMANCE sua decisão de excluir 27 (vinte e sete) lojas do escopo dos serviços contratos no âmbito do CEE 10, a partir da data de 10 de dezembro de 2021 e em janeiro de 2022, notificou exclusão de 50 (cinquenta) lojas do escopo dos serviços contratos no âmbito do CEE 10, sendo informando 1(uma) loja em 01 de fevereiro e 31 de março 47(quarenta e sete) e o restante em 30 de julho. Conforme previsto na cláusula 17 do CEE 10, a COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO pagou a GYPE uma indenização de acordo com a Cláusula 5 do Anexo 2 do Contrato, calculada considerando exclusivamente os Estabelecimentos excluídos do Contrato, e o montante residual do Preço Remanescente dos Equipamentos dos Estabelecimentos excluídos do Contrato, acrescido de juros de 12% (doze por cento) ao ano, calculado desde a data de exclusão dos Estabelecimentos (inclusive) até 31 de dezembro de 2029 (exclusive).

15. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Juros ativos (i)	7.509	26.014
Receita de aplicações financeiras	87	8.500
Outras receitas	-	24
	<u>7.596</u>	<u>34.538</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros das Debentures	(11.025)	(15.610)
Comissionamento	(168)	(3.618)
Outras despesas	(110)	(124)
	<u>(11.303)</u>	<u>(19.352)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(3.707)</u>	<u>15.186</u>

- (i) Saldo referente a Juros incorridos nos contratos dos clientes e partes relacionadas.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS DE CRÉDITO

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber, fornecedores, e debentures em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e à minimização de riscos. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Categoria</u>
<u>Ativo</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	6.194	23.969	A
Clientes	42.408	50.226	A
Outros Ativos a Realizar	1.263	881	A
Partes Relacionadas – saldo ativo	22.997	-	A
<u>Passivo</u>			
Debêntures	61.221	56.246	A
Partes Relacionadas – saldo passivo	60	57	A
Fornecedores	872	94	A
Outras Obrigações	-	1.164	A

A - Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

16.1. Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e depósitos em bancos e aplicações financeiras.

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente.

Contas a receber

Representado pela possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados, por possuir apenas um contrato concentrando todo o seu contas a receber em um único cliente. O risco de crédito do cliente é monitorado de forma específica, com base nos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a este risco. Como característica dos produtos e serviços prestados pela Companhia, o risco de crédito é reduzido pelo fato de seu cliente possuir um porte relevante e pertencer a um grande grupo econômico global.

A administração monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e aplicações financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma.

A Companhia tem como política a aplicação de recursos em bancos considerados de primeira linha, compreendendo os 10 maiores bancos por ativos do país, e em aplicações com baixo nível de exposição a riscos e alto nível de liquidez.

A Companhia não faz aplicações em fundos de investimentos onde há risco de ativos desconhecidos.

16.2. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. A responsabilidade final pela gestão do risco de liquidez é da Administração, que estabeleceu uma estrutura de gestão de riscos de liquidez adequada para a gestão das exigências de financiamento e liquidez de curto, médio e longo prazos da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais incorridos até o fim do exercício e excluem o impacto dos acordos de compensação:

<u>Saldo em 31 de dezembro de 2023</u>	<u>Até 6 meses</u>	<u>De 6 a 12 meses</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 2 anos em diante</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	872	-	-	-	872
Debêntures	3.894	8.224	8.099	41.004	61.221

16.3. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco.

Em decorrência do histórico de volatilidade das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade sobre seus instrumentos financeiros expostos, demonstrando os eventuais impactos, com base em premissas disponíveis no mercado.

Foram considerados quatro cenários de risco:

Instrumentos	Risco	Em		Cenário Provável		Valorização 25%		Valorização 50%		Deterioração
		31/12/2023	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	50%
Aplicação financeira em 31/12/2023	Variação CDI	95% do CDI (13,04%)	12,39%	767	15,49%	959	18,59%	1.151	6,20%	384
Partes Relacionadas Líquidas em 31/12/2023	Variação IGP-DI	IGP-DI + spread 2,4%	2,40%	550	3,00%	688	3,60%	826	1,20%	275
Debentures em 31/12/2023	Variação CDI	100% do CDI + 2,4%	13,35%	(8.175)	16,69%	(10.219)	20,03%	(12.262)	6,68%	(4.087)
				<u>(6.858)</u>		<u>(8.572)</u>		<u>(10.285)</u>		<u>(3.428)</u>
Instrumentos	Risco	Em	%	Cenário Provável	%	Valorização 25%	%	Valorização 50%	%	Deterioração 50%
		31/12/2022		Valor		Valor		Valor		Valor
Debentures em 31/12/2022	Variação CDI	100% do CDI + 2,4%	13,82%	(7.775)	17,28%	(9.719)	20,74%	(11.663)	6,91	(3.888)
				<u>(7.775)</u>		<u>(9.719)</u>		<u>(11.663)</u>		<u>(3.888)</u>

16.4. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados no balanço pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas, os quais se aproximam dos valores de mercado devido a sua natureza de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não apresenta compromissos ou direitos pendentes com contratos de Swap ou transações de hedging.

17. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia é cossegurada das apólices de seguro contratadas pela Greenyellow do Brasil Energia e Serviços. O grupo tem por política manter cobertura de seguros no montante adequado aos possíveis riscos da atividade profissional bem como de seus ativos, com base na avaliação dos seus consultores de seguros.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não incluiu a emissão de opinião sobre a suficiência de cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

	Limite Máximo de Garantia	Prêmio Líquido	Vigência
Responsabilidade Civil Geral	50.000	60	1/10/2023 a 1/10/2024
Responsabilidade Civil (Conselheiros, Diretores e/ou Administradores)	40.283	108	1/1/2024 a 1/1/2025

18. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, não estão refletidas na respectiva demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Redução de capital	(333)	-
Redução da reserva legal	(57)	-
Distribuição de dividendos	333	77.195
Partes relacionadas	57	-
Conferência de ativos e aporte de capital	-	50